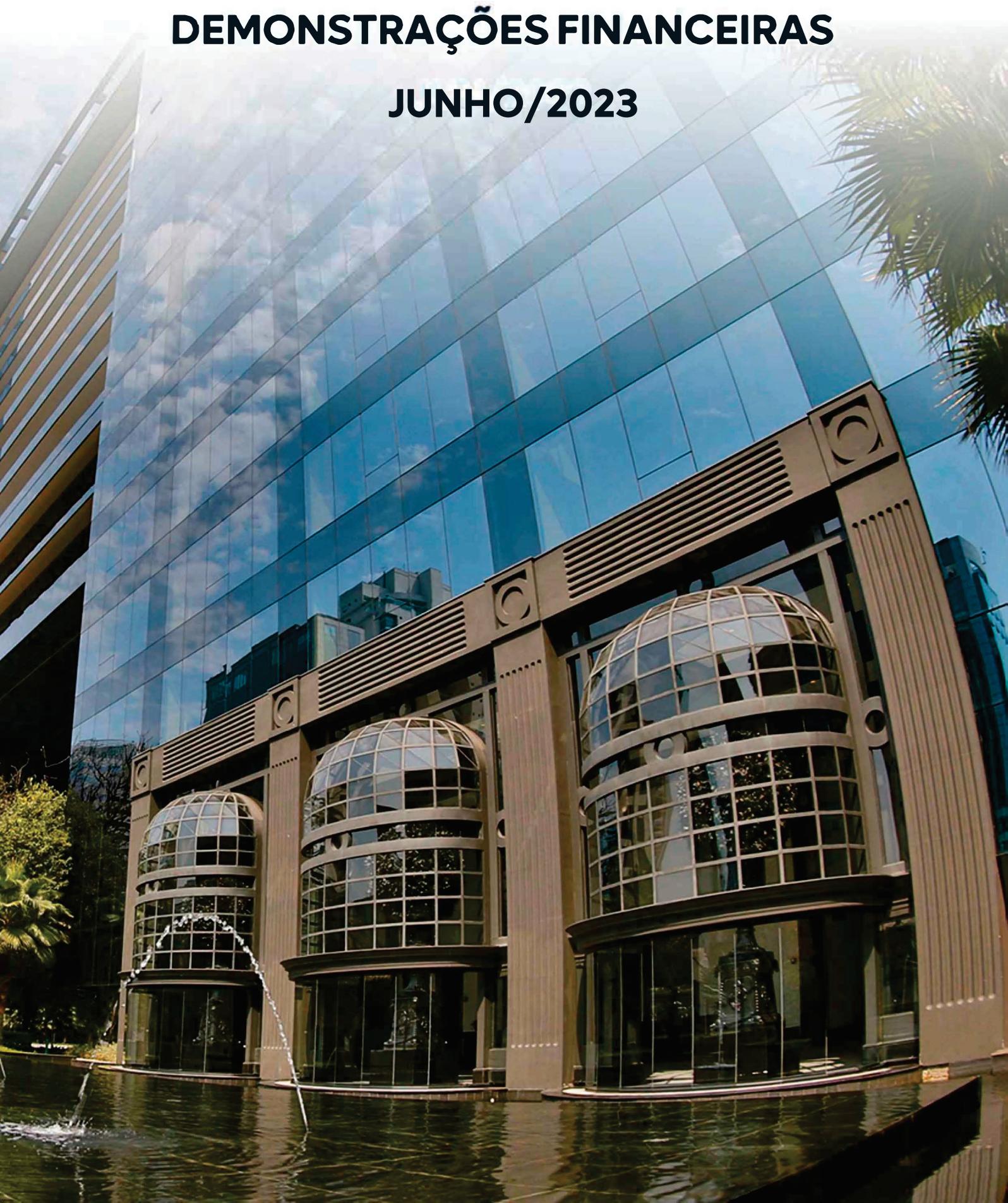




MASTER
CORRETORA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

JUNHO/2023





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório da Diretoria da Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (“Master Corretora”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, em conjunto com as Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2023, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

Informação ao Mercado

No semestre, a Master Corretora apresenta-se ao mercado com todas as licenças operacionais em funcionamento, após o processo de reativação realizado até o final do ano de 2022. O início das atividades das operações com a base de clientes que possuíamos e que estamos prospectando demanda um período inicial de maturação. Com isso, acreditamos que no segundo semestre de 2023, obteremos novas receitas de serviços.

Destacamos que a atividade de administração fiduciária, em especial para os FIDC’s, encontra-se em pleno crescimento e com receitas de serviços em crescimento. Entretanto, uma vez que as demais atividades operacionais encontram-se em maturação, os custos operacionais ainda são elevados frente a receita da atividade.

A DIRETORIA

Angelo Antonio Ribeiro da Silva - Contador
CRC-RJ-081.990/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP – Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (“Master Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Master Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Master Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Master Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar da Master Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Master Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Master Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Master Corretora a

não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
BALANÇO PATRIMONIAL



Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES	4.	660	3.184
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.634	12.064
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	11.509	12.000
Relações interdependências		125	64
OUTROS CRÉDITOS		24.218	29.230
Negociação e intermediação de valores	6.	18.223	24.231
Adiantamentos e antecipações salariais		40	103
Adiantamentos para pagamento por nossa conta		45	45
Devedores por depósitos em garantia	8.c	5.320	4.851
Rendas a receber		590	-
ATIVOS FISCAIS	7. a	15.145	13.773
Ativos fiscais correntes		227	187
Ativos fiscais diferidos		14.918	13.586
TOTAL DO ATIVO		51.657	58.251
PASSIVO	Nota	30/06/2023	31/12/2022
OUTRAS PASSIVOS		15.501	18.492
Negociação e intermediação de valores	6.	14.488	17.730
Outros passivos		1.013	762
PASIVOS FISCAIS	7. b	4.810	6.731
Passivos fiscais correntes		4.810	6.731
PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES	8. c	1.505	1.180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.	29.841	31.848
Capital social		43.588	43.588
Reservas de capital		66	66
Prejuízos acumulados		(13.813)	(11.806)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		51.657	58.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	30/06/2023	30/06/2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		768	340
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		768	340
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		768	340
RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.106)	(4.495)
Receitas de prestação de serviços	10.	10.887	6.817
Despesas de pessoal	11.	(6.287)	(4.535)
Despesas administrativas	12.	(7.144)	(7.075)
Despesas tributárias	13.	(1.771)	(3.086)
Outras receitas operacionais	14.	2.202	4.849
Outras despesas operacionais	14.	(1.993)	(1.464)
RESULTADO OPERACIONAL		(3.338)	(4.155)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(3.338)	(4.155)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.	1.331	2.318
Imposto de renda diferido		832	1.449
Contribuição social diferida		499	869
RESULTADO LÍQUIDO		(2.007)	(1.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)



	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
RESULTADO LÍQUIDO	(2.007)	(1.837)
ITENS QUE PODEM SER SUBSEQUENTEMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO		
Outros resultados abrangentes no período	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(2.007)	(1.837)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MASTER S.A. CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022

Elaborada pelo método indireto

(Em milhares de reais - R\$)



	30/06/2023	30/06/2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido	(2.007)	(1.837)
Ajustes ao resultado antes dos tributos e participações	(1.006)	(4.094)
Constituição / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	325	(1.798)
Impostos diferidos	(1.331)	(2.318)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	22
Variações de ativos e passivos	(2)	11.077
Instrumentos financeiros - ativo	(61)	10.404
Ativos fiscais	(40)	4.537
Negociação e intermediação de valores - ativo	6.008	(44)
Outros créditos	(996)	(1.605)
Passivos fiscais	(1.921)	(4.891)
Negociação e intermediação de valores - passivo	(3.242)	2.879
Outros passivos	250	(203)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	(3.015)	5.146
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.015)	5.146
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.184	148
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12.169	5.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais - R\$)



	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.588	66	(19.062)	24.592
Resultado líquido	-	-	(1.837)	(1.837)
Saldos em 30 de junho de 2022	43.588	66	(20.899)	22.755
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.588	66	(11.806)	31.848
Resultado líquido	-	-	(2.007)	(2.007)
Saldos em 30 de junho de 2023	43.588	66	(13.813)	29.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Master Corretora") é uma empresa de capital fechado que desenvolve a atividade de corretora de câmbio e títulos e valores mobiliários. Constituída na forma de sociedade anônima fechada, e está localizada na Pr. Botafogo, 228, Botafogo, Rio de Janeiro - RJ. As atividades são conduzidas no contexto das empresas integrantes do Grupo Master, atuando no mercado de forma integrada. A Master Corretora tem como controlador o Banco Master S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Master Corretora são de responsabilidade da Administração. Foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20, e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Master Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários da Master Corretora são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Negociação: são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.

Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular nº 3.068/01.

e) Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f) Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

g) Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)



h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta Circular nº 3.429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no período), e contribuição social - 15%.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

j) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

k) Resultados não recorrentes

A Resolução nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 19.

l) Interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966

Com vigência prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 altera a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros e contabilidade de *hedge*.

A Corretora elaborou um plano formal, aprovado internamente, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, e identificar aspectos sistêmicos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administração da Master Corretora define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	660	3.184
Depósitos bancários	291	3.136
Reservas livres	367	45
Moeda estrangeira	2	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.509	12.000
Certificado de depósito interbancário	11.509	12.000
Total	12.169	15.184

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel/Vencimento	30/06/2023		31/12/2022	
	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Certificado de depósito interbancário	11.509	11.509	12.000	12.000
Circulante		11.509		12.000
Não circulante		-		-

As aplicações interfinanceiras de liquidez foram praticadas a uma taxa média de 100% CDI. Os CDIs são emitidos com o Banco Master, portanto possuem liquidez diária e são considerados como caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

	Ativo		Passivo	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Liquidações pendentes	-	13.227	14.097	-
Caixas de registro e liquidação	13.693	6.474	391	17.730
Bolsas - Depósitos em garantia	4.530	4.530	-	-
Total	18.223	24.231	14.488	17.730
Circulante	18.223	24.231	14.488	17.730
Não circulante	-	-	-	-

7. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais

	30/06/2023	31/12/2022
Ativos fiscais correntes	227	187
Impostos e contribuições a compensar	227	187
Ativos fiscais diferidos	14.918	13.586
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	14.316	13.114
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	602	472
Total	15.145	13.773
Circulante	1.417	1.246
Não circulante	13.728	12.527

b) Passivos fiscais

	30/06/2023	31/12/2022
Passivos fiscais correntes	4.810	6.731
Impostos e contribuições sobre lucros	3.829	4.188
Impostos e contribuições a recolher	981	2.543
Total	4.810	6.731
Circulante	4.810	6.731
Não circulante	-	-

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Ativos fiscais diferidos	30/06/2023
Saldo inicial em 31 de dezembro	13.586
Constituição	2.167
Reversão	(835)
Saldo final em 30 de junho	14.918

d) Previsão de realização dos ativos diferidos

	30/06/2023	
	Ativos diferidos	Valor presente (i)
Até 1 ano	1.190	921
De 1 a 2 anos	1.199	817
De 2 a 3 anos	1.368	820
De 3 a 4 anos	1.654	873
De 4 a 5 anos	1.835	851
De 5 a 10 anos	7.672	2.658
Total	14.918	6.940

(i) O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa do DI em 30/06/2023.

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam obrigações legais.

c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e totalizam:

	Provisão		Depósitos em garantia	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Contingências cíveis	-	-	4.531	4.061
Contingências trabalhistas	630	917	557	537
Contingências fiscais	-	263	232	253
Contingências administrativas	875	-	-	-
Total	1.505	1.180	5.320	4.851
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	1.505	1.180	5.320	4.851

MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

d) Movimentação das provisões passivas:

	30/06/2023				30/06/2022			
	Trabalhistas	Fiscais	Administrativas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total	
Saldo inicial em 31 de dezembro	917	263	-	1.180	4.455	917	5.372	
Constituições	824	-	875	1.699	2.600	-	2.600	
Baixas (i)	(1.111)	(263)	-	(1.374)	(4.455)	-	(4.455)	
Atualização monetária	-	-	-	-	-	57	57	
Saldo final em 30 de junho	630	-	875	1.505	2.600	974	3.574	

(i) Após procedimento de reavaliação, alguns casos foram reclassificados para remoto, ocasionando reversão nesse montante.

e) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

	30/06/2023	31/12/2022
Cíveis	9.490	9.348
Fiscais	711	687
Saldo final	10.201	10.035

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 43.588 e está dividido em 1.755.147 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Prejuízos acumulados

O Estatuto Social da Corretora prevê a deliberação por parte da totalidade dos sócios com relação ao montante a ser distribuído a título de dividendos.

Em 2023 e 2022 a Corretora não pagou dividendos, estando em posição de prejuízo fiscal e contábil, incorrendo em um prejuízo por ação.

10. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de administração de fundos de investimento	5.284	3.232
Rendas de serviços de custódia	5.210	3.477
Rendas de assessoria técnica	-	48
Outras receitas de prestação de serviços	393	60
Total	10.887	6.817

11. DESPESAS DE PESSOAL

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de proventos	(3.079)	(2.681)
Despesas de encargos sociais	(1.296)	(963)
Honorários da diretoria	(1.200)	(360)
Despesas de benefícios	(702)	(523)
Outras despesas de pessoal	(10)	(8)
Total	(6.287)	(4.535)

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2023	30/06/2022
Processamento de dados	(3.533)	(1.940)
Serviço técnico especializados	(2.058)	(2.530)
Viagens	(482)	(299)
Serviço de terceiros	(402)	(416)
Comunicações	(202)	(224)
Propaganda e publicidade	(112)	(1.200)
Outras	(355)	(466)
Total	(7.144)	(7.075)

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2023	30/06/2022
Tributos federais	(805)	(2.509)
COFINS	(499)	(287)
ISS	(386)	(244)
PIS	(81)	(46)
Total	(1.771)	(3.086)

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2023	30/06/2022
Reversão de provisões para contingências	1.374	3.198
Recuperação de encargos e despesas	519	-
Atualização de depósitos judiciais	-	1.646
Provisões para contingências	(1.699)	(1.414)
Outras receitas/despesas operacionais	15	(45)
Total	209	3.385

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado:

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado do período antes dos efeitos do IRPJ e de CSLL	(3.338)	(4.155)
Alíquota vigente - IRPJ	20%	20%
Alíquota vigente - CSLL	20%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ	668	831
Expectativa de despesa de CSLL	668	831
Diferenças permanentes	(5)	656
Outros ajustes	(5)	656
Imposto de renda e contribuição social	1.331	2.318

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução nº 4.636/18, consolidada pela Resolução nº 4.818/20.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, a remuneração do pessoal-chave da administração somou R\$ 1.200 (R\$ 360 em 30 de junho de 2022). A Master Corretora não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

As operações realizadas entre partes relacionadas estão representadas por:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
Banco Master S.A.	11.742	15.110	573	213
Disponibilidade	233	3.110	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.509	12.000	573	213

18. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Gerenciamento de risco

A Master Corretora calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Prudencial que tem como instituição líder o Banco Master S.A.

O Conglomerado Prudencial Master está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela administração da Instituição líder.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Master está de acordo com as regulamentações no Brasil, e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover aos administradores e ao comitê executivo, uma visão global das exposições do Conglomerado Master, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

b) Risco operacional

O Departamento de risco operacional é responsável pela criação e manutenção de um processo de gestão de risco de forma integrada nas empresas pertencentes ao conglomerado prudencial e prevê dentre outras funções, a execução de controles como políticas, processos e treinamento com objetivo de acompanhar riscos associados às empresas do conglomerado. O departamento de risco operacional é estabelecido por uma área independente e atua com objetivo de implementar comitês, processos e assegurar a utilização de controles robustos de acordo com a complexidade de cada departamento. A área de risco operacional possui base de perdas incorridas para identificação de falhas e pontos de vulnerabilidade dessa forma atua em conformidade com a resolução CMN 4.557/17 e suas atualizações.

c) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Conglomerado Prudencial Master. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Grupo Master para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Grupo Master, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.
- Formular políticas de crédito em conjunto com todas as unidades do Master, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

• Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.

• Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.

d) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado às obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez é executada pela área de riscos financeiros de forma independente e visa proteger o Grupo Master de possíveis movimentos de mercado que gerem impactos negativos ao fluxo de liquidez. Nesse sentido, o Grupo Master monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens:

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Concentração dos depositantes e dos depósitos com liquidez diária.

A Área elabora diariamente o fluxo de caixa sob efeito de cenários de stress com as variáveis de inadimplência de sua carteira ativa e renovação de seu *funding*.

e) Risco de mercado

Definição

Riscos de mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas de ativos financeiros negociados nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas.

A gestão de riscos de mercado que o conglomerado está exposto é monitorado de forma centralizada pela área de riscos financeiros, que considera a complexidade e a natureza das operações. A área de riscos financeiros atua de forma totalmente independente e é responsável pelos controles dos limites constantes da RAS (*Risk Appetite Statement*). A área é responsável pela elaboração, revisão e controle dos limites estabelecidos nas políticas, que por sua vez são aprovados pela Diretoria do grupo. O controle de risco de mercado é feito com a elaboração de índices baseados em metodologias técnicas seguindo padrões internacionais de cálculo.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. As modalidades apresentam volatilidades específicas as quais são determinadas por seus fatores de risco primários, o que associados as exposições assumidas geram potenciais riscos de perdas financeiras. Dentre os processos da gestão de risco de mercado estão as análises de sensibilidade e os testes de estresses. Estes testes indicam qual o potencial de perda em caso de variações no mercado.

19. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Não há resultados não recorrentes para os períodos apresentados.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de julho de 2023 foi deliberado via ata de assembleia geral extraordinária a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pelo Banco Master de Investimento. Portanto, a Master S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários passa a ser controlada diretamente pelo Banco Master de Investimento (BMI). A conclusão da incorporação está sujeita à aprovação do Bacen.